

# Diário do Legislativo de 07/08/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

### 2 - ATAS

2.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Reunião de Comissões

### 3 - MANIFESTAÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.489/2010

Define as prioridades para a implementação do Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa e a respectiva carteira de projetos no biênio 2010-2011.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em especial da prevista no art. 6º da Resolução nº 5.334, de 15 de julho 2010, que dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa;

DELIBERA:

Art. 1º – Ficam estabelecidas as seguintes prioridades para a implementação do Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa no biênio 2010-2011:

I – intensificação das ações que permitam à instituição consolidar-se como agente propulsor do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais;

II – fortalecimento do papel institucional das comissões como polo agregador da representação política e da participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas setoriais do Estado;

III – incremento das ações de interiorização e regionalização da Assembleia Legislativa,

de forma a ampliar o conhecimento e o debate sobre as demandas locais e regionais, considerando-as como insumo para a implementação de estratégias de desenvolvimento que alcancem todo o Estado de Minas Gerais;

IV – desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias no relacionamento com a sociedade mineira, de forma a permitir maior interatividade entre o cidadão e o Legislativo Estadual;

V – foco nos gabinetes parlamentares como canal privilegiado de interlocução com os cidadãos e segmentos organizados da sociedade e de identificação de demandas individuais e coletivas que possam subsidiar as ações institucionais;

VI – aprimoramento dos mecanismos de divulgação das leis estaduais e de compreensão do seu conteúdo pelo cidadão;

VII – incremento da sistematização e da disponibilização de informações relativas à execução das políticas setoriais pelo poder público estadual,

com vistas à fiscalização social e ao aprimoramento do exercício da função fiscalizadora do Legislativo; e

VIII – adoção das medidas necessárias ao alinhamento das ações e dos projetos da Secretaria da Assembleia com o Direcionamento Estratégico, em especial com as prioridades estabelecidas nesta deliberação.

Art. 2º – Para fins do disposto no art. 1º desta deliberação, fica definida a seguinte carteira de projetos:

I – projetos finalísticos:

- a) Assembleia como propulsora do desenvolvimento do Estado;
- b) Minas nos gabinetes parlamentares;
- c) A lei a serviço do cidadão;
- d) Portal de monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- e) Novas tecnologias no relacionamento com a sociedade;
- f) Aprimoramento dos eventos da Assembleia;

II – projetos organizacionais:

- a) Informação de contexto para o parlamentar;
- b) Portal da Assembleia;
- c) Educação a distância;
- d) Gestão de competências em recursos humanos;
- e) Fazer mais com menos;
- f) Assembleia sustentável;
- g) Avaliação de desempenho institucional;

III – projetos de execução direta:

- a) Fale com a Assembleia;
- b) Monitoramento de requerimentos;
- c) Modernização da TV Assembleia;

IV – projetos de planejamento:

- a) Aprimoramento do modelo de planejamento;
- b) Planejamento estratégico de comunicação;
- c) Planejamento estratégico de tecnologias de informação;
- d) Planejamento estratégico de recursos humanos.

Art. 3º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 2 de agosto de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário - Sargento Rodrigues, 3º-Secretário.

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 5/8/2010

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Ademir Lucas - André Quintão - Arlen Santiago - Carlin Moura - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - João Leite - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Walter Tosta.

## Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/7/2010

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Tenente Lúcio, Sebastião Costa (substituindo o Deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BPS) e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Pinduca Ferreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2010 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Tenente Lúcio), é apresentada a Proposta de Emenda nº 1 do Deputado Gilberto Abramo. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado o parecer e rejeitada a proposta de emenda. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Tenente Lúcio, Sebastião Costa, Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada (2) em que solicitam seja encaminhada à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas cópia das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária desta Comissão, que discutiu a situação do presídio de São Joaquim de Bicas; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para solicitar à Fhemig a transformação do entorno do presídio de São Joaquim de Bicas em distrito industrial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca as reuniões extraordinárias de hoje, às 15 horas e às 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente.

Ata da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 15/7/2010

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizado debate público para discutir a atuação profissional dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - Suas - no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2010.

André Quintão, Presidente - João Leite - Carlin Moura.

## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social - RTS -; com o Comitê Coordenador, a Secretaria Executiva, os funcionários e voluntários dessa Rede e as 845 entidades que a integram pelos cinco anos de sua constituição (Requerimento nº 6.413/2010, do Deputado Almir Paraca);

de congratulações com o Sr. Antônio Pontes da Fonseca pelo recebimento da Medalha do Mérito Rural, concedida pela Faemg (Requerimento nº 6.418/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Luiz Alberto Jardim pelos serviços prestados no cargo de Presidente da Fiemg - Regional Rio Doce (Requerimento nº 6.454/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Fiemg - Regional Rio Doce pela posse de sua nova diretoria (Requerimento nº 6.455/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Associação Recreativa do Tradição Esporte Clube pelos oito anos de sua constituição (Requerimento nº 6.457/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Escola Estadual Barão de Macaúbas por ter sido considerada a melhor escola do 6º ao 9º ano do ensino fundamental entre as instituições públicas de Belo Horizonte, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb (Requerimento nº

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

59ª reunião da 4ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 3/8/2010

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que nos assistem nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, manifesto, primeiramente, a alegria da retomada dos nossos trabalhos neste segundo semestre, embora estejamos num tempo de período eleitoral, o que nos exige um esforço maior. Além do trabalho nesta Casa, no Plenário e nas Comissões, temos a base e a própria campanha. Confiamos nos nobres pares e cumprimos o nosso dever, não deixaremos esta Casa parar, independentemente de eleição ou reeleição. O nosso trabalho é a nossa missão e, durante o tempo que sobrar, temos de nos dedicar à campanha, pois a prioridade é aqui. Assim, bom retorno a todos. Tivemos um recesso muito breve, mas temos a certeza de que a maioria usou esses 15 dias com muito trabalho, fazendo muitas viagens, visitando a base, ouvindo os interesses do povo mineiro. No meu mandato, Sr. Presidente, nesses sete anos, não houve um final de semana que poderia dizer que tirei para descansar. Tenho uma interlocução constante com a base, sempre em reuniões nas regiões, ouvindo todos os segmentos. Ficou muito clara a nossa prioridade pela agricultura, para o desenvolvimento sustentável. Deputada Maria Tereza Lara, o nosso compromisso é buscar políticas públicas relacionadas à mulher e à juventude. Enquanto relator do projeto de lei que criou o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, pudemos aprimorar sua organização e composição, preservando a sua unidade e, ao mesmo tempo, garantindo debates com as comunidades negra, indígena e cigana. Portanto, nessas andanças, intensificadas nos últimos 15 dias, pudemos perceber quanta deficiência ainda existe em todas as áreas, principalmente em relação à criança, ao adolescente, ao idoso e à mulher. Confesso que não sabia que, em Betim, não havia nenhuma mulher representando a Câmara. Essa é uma de nossas prioridades, porque, quando falamos em igualdade de gênero, não basta o acesso à política pública. É preciso, urgentemente, fazer nascer uma nova cultura que garanta oportunidade às mulheres, proporcionando-lhes a ocupação dos espaços de decisão. Embora nós, homens, possamos avançar e ser eficientes o bastante, sabemos que determinadas transformações na sociedade só a mulher será capaz de fazer. Nossas ações são limitadas. Não me refiro somente à sensibilidade, mas também à capacidade de trabalho da mulher, que ainda tem sido desvalorizada.

Deputada Maria Tereza Lara, antes de lhe conceder um aparte, gostaria de completar o meu raciocínio. Fui pároco durante oito anos na Paróquia São José Operário, em Ouro Branco, onde 100% das catequistas eram mulheres. Eu coordenava todas as pastorais sociais - a da saúde, a carcerária e a da criança -, que estavam sob o comando de mulheres. No voluntariado, a mulher ocupa um espaço fantástico, justamente onde não há dinheiro. Porém, ela ainda não ocupa espaços de decisão e de poder. Confesso que fiquei surpreso em saber que em Betim ainda não há uma mulher na Câmara Municipal. Fico satisfeito, Deputada Maria Tereza Lara, porque nesta Assembleia V. Exa. representa tão bem as mulheres. No entanto, precisamos avançar na Câmara Municipal de Betim, assim como na maioria das Câmaras Municipais que, quando muito, têm a representação de apenas duas mulheres.

É com muita alegria que concedo aparte a nossa grande companheira Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Agradeço ao companheiro Deputado Padre João, Líder do nosso Bloco PT-PCdoB pelo aparte. Em Betim já houve quatro Vereadoras. Atualmente temos a Prefeita Maria do Carmo, mas nenhuma Vereadora. Da mesma forma, Contagem, com mais de 700 mil habitantes, não tem nenhuma Vereadora, somente a Prefeita, o que já é muito importante. Realmente precisamos discutir esse assunto com profundidade, a fim de ajudarmos as mulheres a ocupar espaços de poder. Nesta Casa a grande maioria de assessores são mulheres. Todavia, somos apenas 5 Deputadas entre os 77 parlamentares, o que corresponde a menos de 10%. Mesmo assim, uma delas é do governo. No que diz respeito à ocupação feminina de espaços de poder, nosso país só perde para outros dois países da América latina. Por esse motivo concordo com V. Exa., Deputado Padre João. Realmente é necessário debatermos sobre a questão de gênero, porque a mulher já demonstrou que é tão capaz quanto o homem de administrar. Não queremos as mulheres à frente, muito menos atrás, mas, sim, ao lado, ocupando, com suas características próprias os espaços de poder a serviço da vida. Padre João, queremos homens de alma feminina, como V. Exa., e tantos outros que realmente respeitam a dignidade da mulher e conseguem fazer um trabalho fraterno de divisão de espaço. Quero deixar um abraço, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo seu trabalho brilhante sempre em defesa, prioritariamente, dos mais pobres, dos excluídos, dos que não têm voz nem vez na nossa sociedade. Um grande abraço.

O Deputado Padre João\* - Agradeço à companheira Deputada Tereza, que também é professora. Se fizermos uma avaliação das profissões, veremos que a profissão que tem um número mais elevado de mulheres é sempre menos valorizada em relação à remuneração. A igualdade entre os gêneros é uma questão de justiça. A área da educação apresenta servidores majoritariamente femininos e é a mais malremunerada. Já em profissões com maior remuneração, prevalecem profissionais masculinos. Ainda existe muita injustiça.

Às vezes muitos abordam esse tema tratando apenas da sensibilidade da mulher. A sensibilidade é uma característica importante da mulher, que a distingue de nós, homens. Temos sim de tirar o chapéu para elas. Temos sim de nos render a elas. O que desencadeia a sensibilidade na mulher é a sua capacidade de trabalho. É a sensibilidade que a impulsiona a servir e transformar a realidade. Por isso, Deputado André Quintão, a mulher, além do trabalho doméstico e do trabalho profissional, tem tempo de se dedicar como voluntária. Prova disso é todas as ONGs apresentarem maior número de mulheres dedicadas ao voluntariado. Muitos poderiam indagar: as mulheres não têm serviço? Esse questionamento seria absurdo, pois elas têm serviço triplicado. O trabalho não é apenas dobrado. A mulher tem uma capacidade de serviço fantástica, que devemos valorizar, e devemos garantir-lhe a ocupação de espaços de decisão. No Legislativo e no Executivo, precisamos avançar muito para garantir esse espaço à mulher. É outra forma de ver o mundo e encarar a vida. A mulher não tem limite de doação no sentido de garantir qualidade de vida para todos. Temos de aprofundar este debate.

Todos os partidos políticos, sejam da direita, sejam da esquerda, não ocuparam com eficiência os números de vagas. É uma situação vergonhosa. Temos de trabalhar, a longo e médio prazo, para que, na época de uma eleição, o número de candidatos seja no mínimo meio a meio. Esperamos que seja um processo natural, sem pressão ou até mesmo sem burlar a legislação.

Essa é uma questão muito séria. A ocupação desse espaço de poder de decisão da mulher garantirá transformações fundamentais e essenciais da sociedade. Isso deve estar claro para todos nós. E é também uma questão de justiça, de valorizar a mulher pela sua sensibilidade sim, mas muito mais pela dedicação, pela capacidade de trabalho.

É verdade que, quando voltarmos um olhar mais atento a nossa sociedade, enxergaremos ainda muitas injustiças, como aqui já citei, por exemplo, em relação ao negro e ao índio. Eles são pessoas - à imagem e semelhança de Deus - que foram tratadas como animais há um tempo na história. Mas não basta ficarmos presos aos erros do passado e não conseguirmos enxergar as injustiças do tempo atual em relação aos negros, aos índios e também aos ciganos, que estão invisíveis. Estes precisam de políticas de educação e de saúde diferenciadas. Temos muito que fazer para garantir uma sociedade mais justa, realmente fraterna e solidária. Cabe a nós, agentes políticos, puxar essa transformação, reduzir as desigualdades e garantir, de fato, justiça para todos. Essa é a nossa grande missão como políticos. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Agradeço e saúdo a todos. É imensa a minha alegria, pois fizemos um balanço dos nossos trabalhos, e o resultado é positivo. É como sempre falamos: realmente devemos acreditar, ter fé e persistência, porque as coisas não acontecem de uma hora para a outra no Parlamento. Foi grande o número de proposições apresentadas e de projetos aprovados. As vitórias em defesa do povo foram muitas.

Cumprimento, de forma muito especial, os Deputados do PT. Sempre trabalhamos em conjunto, e isso gera muita força. No primeiro mandato, muitos duvidavam, mas conseguimos acabar com a taxa de incêndio que o governo pretendia cobrar para as residências, abrangendo praticamente todo o Estado de Minas Gerais. Foram mais de dois anos de luta, mas a "água em pedra dura tanto bate até que fura". Lutamos muito por meio de uma emenda de minha autoria. Conseguimos acabar com a cobrança dessa taxa para as residências, quando já havia chegado até boleto nas casas. Hoje o cidadão não paga mais isso. Infelizmente o governo aprovou e empurrou goela abaixo a taxa de incêndio para o comércio e para a indústria. Entramos com ação no Supremo Tribunal Federal, por meio de uma representação, que também foi encaminhada à OAB, pois ela tem a legitimidade de entrar com a ação. A OAB entrou com essa ação, e há todas as possibilidades de ela ser julgada no STF e a taxa ser extinta também para o comércio e para a indústria. Isso já aconteceu no Distrito Federal e em outros Estados, pois a cobrança é totalmente indevida. O cidadão já custeia o funcionamento do Corpo de Bombeiros, e infelizmente esses recursos, como acontece com grande parte dos recursos arrecadados, ao invés de serem utilizados por essa instituição, são desviados para o caixa único do Estado. É uma situação deplorável.

Em muitas regiões do Estado não existem unidades do Corpo de Bombeiros e, onde existe, o funcionamento é precário: faltam viaturas e equipamentos, como a escada Magirus. Se ocorrer um incêndio de grandes proporções num prédio alto, não haverá escada para combatê-lo, e as pessoas poderão perder suas vidas, pois o Corpo de Bombeiros não poderá fazer nada. Nas maiores cidades do Estado, não há escada Magirus e grande parte das unidades não tem sequer desfibrilador cardíaco. A situação é realmente muito difícil. Gostaria de parabenizar os profissionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, que realizam realmente um trabalho brilhante. Há trabalhadores da segurança pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil que também fazem das tripas coração para exercer sua função, mas, infelizmente, falta estrutura.

Não se justifica continuar cobrando a Taxa de Incêndio do comércio e da indústria, já que os recursos são desviados para o caixa único do Estado. Esperamos mais uma vitória, depois de tantas outras; esperamos que o STF determine, ainda este ano, o fim da cobrança dessa taxa.

Defendemos a criação do fundo estadual de segurança pública, a fim que os recursos arrecadados sejam aplicados na área, para manter os veículos e abastecê-los. É necessário haver o mínimo de autonomia, para permitir que as forças de segurança do interior não fiquem com o pires na mão, dependendo das prefeituras, que nem sempre têm recursos para isso. Se não houver ajuda, paralisam as forças de segurança pública, paralisa tudo. Isso não satisfaz ninguém. Sabemos que a segurança pública é de responsabilidade de todos, mas dever do Estado. Infelizmente, faltam recursos, e quem tem de ajudar é o poder público municipal. Essa carência fragiliza a autoridade das forças de segurança de forma geral. Sendo assim, defendemos a criação do fundo estadual de segurança pública.

Houve uma grande vitória em relação à Cemig: conseguimos mudar o marco regulatório, o modo de cálculo da tarifa. O Deputado Federal Elismar Prado fez parte da CPI da Conta de Luz, e conseguimos provar as irregularidades. Em virtude das revisões anuais, o critério mudou, o que foi uma grande vitória. Continuamos pressionando para que haja devolução do dinheiro pago a mais pelo povo e que foi roubado - foram mais de R\$7.000.000.000,00. Até hoje as empresas se negam a efetuar a sua devolução. Não haverá mais cobrança indevida porque os critérios mudaram, graças às denúncias que encaminhamos e à vitoriosa campanha pela redução da tarifa de energia elétrica cobrada em Minas, a mais cara do Brasil. Houve muita participação popular, mais de 500 mil assinaturas. Conseguimos provar irregularidades na planilha de custos, pois a Cemig afirmava que trocava um poste por ano. Em três anos, trocava todos os postes do Estado? Isso realmente não acontece.

Acompanhamos os valores gastos com publicidade oficial, diferentes do número publicado no diário oficial. A planilha estabelecia a existência de 500 escritórios no Estado, mas verificamos que não havia sequer 180. Vários escritórios foram fechados. A qualidade da energia é questionada de forma permanente. As ações jurídicas e políticas, o uso da tribuna desta Casa, o abaixo-assinado, a caravana contra a tarifa de energia mais cara do Brasil, as provas documentais que mostraram as irregularidades na planilha de custos, a grande participação em todas as audiências públicas da história das concessionárias do País, tudo isso possibilitou a primeira redução da conta de luz em 57 anos da Cemig: 17% em 2008. De lá para cá, conseguimos impedir aumentos absurdos. Em 2009, a Cemig solicitou aumento de 30%, mas conseguimos que esse índice ficasse abaixo da inflação; neste ano, para uma previsão de reajuste maior que 20%, houve uma redução média de 9%.

Para os consumidores de baixa renda, ficou uma redução de aproximadamente 1,43%. Essa é a segunda vez na história em que ocorre a redução na conta de luz. Enfrentamos uma pedreira, mas de cabeça erguida, juntamente com o povo. Sentimo-nos muito orgulhosos com esse respaldo da população e essas grandes vitórias que obtivemos em defesa do povo, fazendo justiça. Não é certo a empresa ganhar muito. O dinheiro nem fica aqui. O lucro exorbitante é distribuído para o capital internacional. Entram aí os dividendos. Realmente, isso não é justo. Conseguimos essas vitórias e impedimos que incluíssem no SPC e na Serasa o nome de quem estivesse inadimplente com a conta de luz e a de água, da Copasa. Como disse, não é justo. Além de o cidadão já ser penalizado com o corte da luz e da água e ter de pagar uma taxa muito alta para religá-las, ainda tem de ter o seu nome incluído no SPC e na Serasa? Isso é ilegal, é uma dupla penalidade e fere o Código de Defesa do Consumidor.

Conseguimos barrar isso e aprovar um projeto muito importante nesta Casa, aliás, uma emenda de nossa autoria, referente à internet e à TV a cabo pela rede elétrica, que serão realmente uma modernidade. Já é lei. O Governador vetou, mas derrubamos o veto. A internet será 10 vezes mais rápida e terá a metade do preço. Além disso, 90% dos lucros terão de ser utilizados para a motricidade tarifária e a redução da conta de luz. A rede que está na sua casa é sua, então é como se a Cemig tivesse de pagar um aluguel por ela. Os lucros que obtiver com essa nova empresa... Aliás, ela já está sendo implementada e funciona assim em outros países, como também em algumas cidades de São Paulo. Realmente a internet pela rede elétrica é uma grande modernidade, pois é 10 vezes mais rápida e sai pela metade do preço. Sentimo-nos muito felizes. Agradecemos a todos os parlamentares desta Casa que possibilitaram a aprovação de uma emenda de nossa autoria, e ainda a derrubada de um veto do Governador, o que, aliás, é algo muito difícil nesta Casa.

Obtivemos outras vitórias em relação à Copasa. Costumo dizer: água a preço de vinho. O preço da água é bastante elevado. Não justifica a Copasa cobrar pelo tratamento de esgoto em cidades que não possuem esse serviço. Entramos na justiça e conseguimos barrar o aumento da conta de água da Copasa. No ano passado, foi a primeira vez que não houve esse aumento. Conseguimos pressionar o governo para que enviasse um projeto a esta Casa criando uma agência, a fim de regular o setor. Esse fato é inédito. O cidadão pode encaminhar qualquer denúncia diretamente para essa agência. Entramos com mais de 100 representações no Ministério Público contra a Copasa e os departamentos municipais, como de Uberaba, de Uberlândia e de várias outras cidades do Estado, onde houve um aumento exorbitante na conta de água e não há agência para regular o setor.

Portanto, conforme disse, isso é ilegal, pois está contra a lei federal. Entramos com essas representações no Ministério Público e obtivemos muitas vitórias. Várias ações estão transitando. Esperamos que haja justiça e que o resultado seja a favor do povo. O valor da água da Copasa é muito caro. Não é justo essa empresa jogar o esgoto nos rios e nos lagos, poluindo o meio ambiente, e ainda cobrar pelo tratamento. Ela não presta o serviço e ainda cobra por ele. Isso não é certo, e isso nos motivou a entrar com essa enxurrada de representações junto ao Judiciário.

Há uma outra luta fundamental e que vale ressaltarmos aqui. Mais uma vez, parabenizamos todos os servidores da educação, como os professores e as serviciais. Foram mais de 50 dias de greve, de muita reflexão, mobilização, paralisação, conscientização e formação. Os professores deram uma lição de cidadania e conseguiram acender a chama em relação ao movimento e à dignidade. O servidor recebe um

salário miserável, ou seja, de fome, com o qual não dá para sobreviver - aliás, servidor que trabalhou décadas e décadas para o Estado recebendo menos de um salário mínimo. Isso é realmente uma vergonha. Os servidores queriam apenas a implementação do piso nacional e que a lei fosse cumprida. Há uma lei federal que estabelece que o piso para os servidores da educação tem de ser de R\$1.312,00.

Infelizmente Minas Gerais, uma das maiores economias do País, com um Orçamento que chegará perto de R\$50.000.000.000,00, não paga o piso aos seus servidores, remunera muito mal o conjunto dos servidores públicos de forma geral - os servidores da segurança, os administrativos, os Agentes Penitenciários, os agentes socioeducativos, os servidores da saúde e os de outros poderes. É realmente um absurdo o valor que o professor recebe no nosso Estado; é lastimável. Está corretíssima a mobilização dos professores. Fico muito orgulhoso por essa categoria, que realmente se mobilizou, pressionou. O governo disse que não conversaria, mas foi obrigado a negociar com a categoria e a enviar um projeto a esta Casa. Entretanto não foi aprovado o que os servidores queriam. O governo criou um subsídio, incorporando as gratificações dos servidores. Deu com uma mão e retirou com as duas; isso não atende ao servidor. O servidores pagam ao Ipsemg, mas o serviço, principalmente no interior, é uma porcaria; falta estrutura. O governo sempre arruma um jeito de dar calote, de pegar o dinheiro que o servidor paga ao Ipsemg. Há até um projeto nesta Casa em que o governo quer dar, mais uma vez, calote nos servidores.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar todos os servidores da educação pela mobilização. A luta realmente continua. Independentemente de quem for, quem estiver no governo deverá respeitar os professores, os servidores públicos. Os servidores não aceitarão que o governo gaste bilhões, como fez com o Centro Administrativo e com outras áreas, e que não valorize os servidores, o ser humano. É fundamental valorizarmos o servidor, melhorarmos a qualidade da educação. Há muitas escolas sem quadra, computador, estrutura suficiente para que se garanta desenvolvimento, para que os estudantes sejam preparados. A juventude precisa ter acesso ao primeiro emprego, a Uemg precisa ser descentralizada com unidades avançadas em todas as regiões do Estado, o que foi promessa de campanha, mas infelizmente, até hoje, não foi cumprido, assim como os cursos técnicos profissionalizantes.

É muito importante essa mobilização. Sempre repito, e o farei quantas vezes for necessário: o sistema do nosso país é desse jeito, o parlamento, o Executivo são como feijão, funcionam na pressão. Houve pressão, mobilização, o governo sentiu o desgaste na pele e precisou recuar em alguns pontos. Não ficou do jeito que os servidores queriam, mas tenho certeza de que a história, daqui para frente, será totalmente diferente, porque os servidores realmente estão unidos, mobilizados e não aceitarão mais ser humilhados, recebendo um salário que não garante sua sobrevivência, que não dá para pagar as contas de água e de luz.

Mais uma vez, deixamos aqui nosso total apoio e nossa solidariedade ao conjunto dos servidores da segurança pública e da educação, de forma muito especial aos nossos professores, às nossas serviçais. Parabenizo o Sind-UTE. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Agradeço ao combativo e atuante Deputado Weliton Prado, Presidente desta reunião. Cumprimento os Deputados presentes e os servidores da Assembleia neste retorno, depois de um breve recesso. Quero tratar, Sr. Presidente, de um assunto que não pode passar despercebido, principalmente quando o País inteiro tende a concentrar as atenções no momento eleitoral. Ontem o Presidente Lula sancionou talvez uma das leis mais importantes dos últimos anos em nosso país: a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Pasmem, senhores telespectadores e Deputados, depois de 21 anos de discussões no Congresso Nacional, finalmente, Deputado Carlin Moura, foi sancionada a lei nacional de resíduos sólidos. Hoje o Brasil destina 59% do lixo produzido diariamente para os lixões, o que corresponde a 150.000t, assim como 49% do lixo produzido em Minas Gerais vai para os lixões. Minas Gerais tem 362 Municípios com lixões. Essa política nacional busca, em no máximo quatro anos, extinguir os lixões no País. Mais que isso, prevê mecanismos muito inovadores na gestão dos resíduos sólidos. Primeiro, estimular a não geração, porque o brasileiro desperdiça demais e produz muito lixo individualmente. Segundo, reduzir esse lixo, reutilizando e reciclando o resíduo sólido. Sabemos o quanto a reciclagem pode reduzir a destinação desse resíduo para os aterros, barateando a coleta e retornando para a sociedade novos produtos reciclados. E também tratando e destinando adequadamente esse resíduo sólido. Portanto essa lei nacional pode, se incorporada pela sociedade e pelos níveis de governo, ser uma verdadeira revolução ambiental e social no País. Ambiental porque teremos mais qualidade de vida, produziremos menos lixo, reaproveitaremos os resíduos sólidos e extinguiremos os lixões, com forte impacto na qualidade de vida e na saúde do ser humano. Repito que 59% dos resíduos sólidos no Brasil vão para os lixões. E é uma revolução social porque, ao estimular a coleta seletiva e promover a reciclagem, estaremos incorporando como trabalhadores da reciclagem os catadores de materiais recicláveis - aqueles que ainda hoje, em bom número, infelizmente, sobrevivem nos e dos lixões, inclusive crianças. A lei prevê que, ao se extinguirem os lixões, paralelamente será oferecido estímulo, fomento e crédito às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Serão verdadeiros operadores da coleta seletiva, trabalhadores que estarão melhorando suas vidas com uma renda digna, contribuindo para o barateamento da coleta, destinação e tratamento do resíduo sólido. Em Belo Horizonte, como Secretário de Desenvolvimento Social no governo Patrus Ananias, tive oportunidade de acompanhar o trabalho da Asmare, modelo para o mundo hoje, que comprova quanto a coleta e a reciclagem desse material gera renda, dignidade e vida para os catadores. Essa legislação trata de outro ponto muito importante: a logística reversa, termo pelo qual se obrigam fabricantes, distribuidores e vendedores a recolher embalagens usadas em áreas específicas, como as dos materiais agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletroeletrônicos. Quem produz também tem de ter responsabilidade ambiental. Ao invés de simplesmente auferir os legítimos lucros decorrentes da atividade produtiva, deverá também arcar com o ônus ambiental que sua atividade acarreta para o conjunto da sociedade. Depois de 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, a logística reversa será objeto de regulamentação, e o Presidente Lula - pois tinha mesmo de ser sua a responsabilidade de deixar essa lei histórica para o nosso país - já pediu urgência nessa regulamentação, para que, nesse aspecto, a lei também não fique no papel.

Mas é muito importante, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que cada Estado e cada Município, assim como cada cidadão, em suas residências e em seus condomínios, faça a sua parte. É importante que o brasileiro tenha essa lógica a partir de sua própria residência, cobrando do seu Município a separação adequada dos resíduos sólidos, para que se providencie a destinação final somente daquilo que não pode ser reaproveitado. Uma latinha de refrigerante ou uma garrafa PET pode ser reaproveitada; o talo de uma verdura ou a casca de uma fruta podem ser reaproveitados, com alto índice nutricional. Muitas vezes promovemos grandes desperdícios e é importante que a gestão local se conscientize disso, ao invés de simplesmente comprar um terreno em que se despeje o lixo, bem longe da cidade, atrás de um morro que nenhuma visão atinge. É importante haver um aterro sanitário ou, na pior das hipóteses, um aterro controlado. Mas é importante também que, nos âmbitos estadual e federal, se abram linhas de financiamento para que os Municípios, principalmente os de menor receita, possam organizar a política local de gestão de resíduos sólidos. É necessário integrar as políticas públicas, considerando-se as áreas da assistência e da inclusão produtiva, por exemplo, organizando os catadores de materiais recicláveis, para que em cada local haja uma associação ou cooperativa que auxilie nas operações de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos. Ou seja, é importante que o BDMG e o BNDS tenham linhas de financiamento para essa política integrada.

Assim, Sr. Presidente, considero que essa é uma lei histórica, cidadã e moderna. Mas, como qualquer lei, precisa ser incorporada pelos cidadãos e pelos poderes públicos.

Em Minas há uma lei estadual, construída com a participação desta Casa, principalmente da Comissão de Participação Popular, e do seminário legislativo "Lixo e Cidadania" e da Lei nº 18.031/2009. Além disso, ela contou também com a forte participação do fórum estadual "Lixo e Cidadania".

Com as leis estadual e federal, o Fórum Estadual Lixo e Cidadania e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, será organizado mais um festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte, entre os dias 16 e 21 de agosto. E tenho certeza de que eles serão inspirados pelo desafio civilizatório de fazer com que essa lei seja cumprida. Todos estão de parabéns, pois auxiliaram e pressionaram Minas e o

Congresso Nacional a aprová-la, e hoje se tornaram construtores ativos da efetividade dessa lei.

Sr. Presidente, Minas Gerais deve dar exemplo para o País, e não esperar os próximos quatro anos. É preciso erradicar os 362 lixões, abrir as portas e as vias de financiamento do BDMG para as associações e cooperativas de materiais recicláveis, abrir as portas e os cofres para que os Municípios implantem sistemas locais de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Minas Gerais deve incorporar as associações e cooperativas de materiais recicláveis nessa importante cadeia de coleta e reciclagem de resíduos sólidos. O 2º Estado mais rico e, com certeza, o 1º em riquezas culturais e humanísticas do País não pode ficar a reboque, deve ser protagonista. O Ministério Público já participa do Fórum Estadual Lixo e Cidadania e deve ser convocado; e, se não for pelo convencimento, que seja pela força da efetivação dos instrumentos jurídicos e da lei. O cofinanciamento, o recurso, são importantes para que os Municípios cumpram a lei, pois às vezes o gestor tem boa vontade, mas não o recurso disponibilizado.

Portanto Sr. Presidente, como cidadão e militante dessa área tão bonita que vincula respeito ambiental, qualidade de vida e inclusão social, fico feliz pelo Presidente Lula ter sancionado a lei. Foi uma vitória de todos, do mais humilde catador de material reciclável aos técnicos, aos parlamentares e às pessoas de boa vontade, que, com muita garra, não desistiram. Foram 20 anos, muito tempo e maioria absoluta para aprová-la. Tenho certeza de que o tempo gasto para a aprovação dessa lei não será o tempo proporcional a sua efetivação. Devemos correr contra o relógio, erradicar os lixões e incluir socialmente os catadores de materiais recicláveis. Isso é bom para a sociedade, para o meio ambiente e para a qualidade de vida de todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Ilustre Deputado Weliton Prado, Presidente, quero transmitir diversos abraços e felicitações de quem encontrei pelo interior de Minas nesse curto período de recesso, dirigidos a V. Exa., que hoje é uma grande referência do povo mineiro, por sua luta e combatividade. Diversos professores e professoras me pediram que lhe transmitisse um abraço. Realmente V. Exa. é um dos Deputados mais brilhantes desta Casa. Cumprimento o Deputado André Quintão, também uma brilhante expressão do povo de Minas na Assembleia Legislativa.

O Presidente Lula, que tanto de bom tem feito por este país, cada dia mais comprometido com o povo brasileiro, o povo trabalhador, o povo mais humilde, ao referendar a lei do material reciclável mostra a diferença na forma de governar. Ele é um bom exemplo para o Brasil e certamente será para Minas Gerais.

Deputado Carlos Gomes, ilustres Deputados e Deputadas, imprensa presente, servidores da Casa, telespectadores da TV Assembleia, público presente, passamos por um curto período de recesso - 15 dias -, quando tivemos oportunidade de fazer uma visita pelo interior do Estado, rever as bases, os amigos, entrar em contato com as questões mais prementes de Minas Gerais. Infelizmente, no retorno do recesso parlamentar, sempre há uma marca, Deputado André Quintão. Estava retornando da querida cidade de Governador Valadares, domingo, e, mais uma vez, havia um transtorno na BR-381, com o tombamento de uma carreta de carga de amônia, carga química perigosa, que trouxe um congestionamento de mais de 25km. Quero adentrar-me nessa discussão sem tirar a responsabilidade, mas colocando a responsabilidade. Acho premente e urgente a duplicação da BR-381 até Governador Valadares, e não só até Ipatinga. O governo do Presidente Lula e o próximo governo, que, se Deus quiser, será do campo do Presidente Lula, já tem um compromisso, pois a obra já foi incluída no PAC 2. A estrada tem um traçado muito complexo e sinuoso, com uma estrutura da década de 50. Temos de entender que ela está conservada, bem sinalizada e com cobertura de asfalto nova. Estão sendo duplicadas as pontes de acesso, mas existe um problema estrutural grave, que é o problema do traçado. Por mais reformas que o DNIT e o governo federal façam, ainda não é o suficiente para que a estrada tenha condições de segurança. Temos plena consciência de que é preciso mais agilidade nos processos de licitação do projeto e de início das obras de duplicação. Repito, o governo federal tem feito a sua parte.

O que me chama a atenção, Deputado André Quintão, é a absoluta falta de planejamento, porque o problema do corredor de trânsito Belo Horizonte-Ipatinga-Governador Valadares, um dos polos mais potencialmente desenvolvidos do nosso Estado e dos mais dinâmicos - a região do Vale do Aço -, não é resolvido só com a duplicação da BR-381. A duplicação é importante, mas por si só não resolverá o problema.

É interessante porque há uma questão hoje em discussão de que pouco se fala. Fala-se muito da importância da duplicação da BR-381 e esquece-se de uma coisa que considero criminosa. Ao lado da BR-381, margeando-a do início ao fim, há uma rede ferroviária ociosa e, no processo de privatização criminosa promovido pelo governo FHC, quem adquiriu a Cia. Vale do Rio Doce deu por entender que tal ferrovia ficou sob o seu monopólio.

Então, Deputado André Quintão, a ferrovia fica quase 70% do tempo ociosa. As cargas mais perigosas e pesadas, como a de amônia e a de bobinas, que sempre tiram a vida de pessoas, poderiam ser transportadas pela ferrovia que fica ao lado da rodovia. Assim economizaríamos tempo, salvaríamos vidas, e a situação do tráfego seria muito melhorada. Esse problema já foi detectado pelo Ministério Público Federal, que está ajuizando ação para garantir a utilização da ferrovia para o transporte de cargas, especialmente as mais perigosas, como as químicas e as mais pesadas. Essa seria uma solução importantíssima, mas pouco se fala nisso. Queremos a duplicação da BR? Queremos, mas é preciso também que se pense nisso como um conjunto maior, numa visão mais global, a conjugação da BR, o transporte rodoviário com o ferroviário, que está ocioso. Repito, está ocioso. A ferrovia está vazia, apenas transportando cargas de uma única empresa, porque as demais não têm acesso à utilização da ferrovia, que é uma concessão pública. Precisamos e queremos dar apoio à ação do Ministério Público Federal. Um movimento como esse tem de ter maior repercussão popular. Conclamo todos os moradores da margem da BR-381 a fazerem ecoar sua voz para que a ação do Ministério Público em prol da utilização da ferrovia seja agilizada.

Veio-me à mente, Deputado André Quintão, outro aspecto em relação à BR-381. Quando ela é interditada, costumo passar por Sabará e Caeté, por uma estrada muito bonita, turística, que passa por toda a Serra da Piedade. Obviamente, pela topografia da região, essa estrada não comporta tráfego de cargas e caminhões. Isso é correto, e não se tem de discutir sobre essa questão. Nunca havia passado por Taquaraçu de Minas. Deputados André Quintão e Carlos Gomes, fiquei estarrecido. Essa seria outra solução muito fácil para o problema. Fui e fiquei pensando que estava bom demais. Andamos 7km de asfalto, mas, quando chegamos em Taquaraçu, caímos num verdadeiro deserto de terra vermelha. De Taquaraçu a Santa Luzia, pela MG-20, são 21km de terra vermelha. Ora, se houvesse planejamento em Minas Gerais, se o Estado tivesse compreensão para executar obras importantes, a estrada de Taquaraçu, a MG-20, estaria pavimentada, asfaltada. Isso é importante. Seria uma forma de os poderes trabalharem juntos. Não adianta apenas cobrar a duplicação da BR-381; temos de cobrar outras soluções, como a pavimentação de Taquaraçu de Minas a Santa Luzia. Que Estado é esse que não faz uma obra importante como essa, a menos de 40km da Capital. Se essa estrada for asfaltada, o acesso a Belo Horizonte será muito mais fácil. Mas falta planejamento e gestão no Estado de Minas Gerais.

Digo e repito que não estou aqui retirando a responsabilidade do governo federal com a duplicação. É preciso duplicar sim. Mas não é apenas isso, porque, mesmo duplicando a 381, qualquer dia poderá ocorrer acidentes ali. Na 381, Deputado André Quintão, próximo a Cláudio, Itaguara e São Paulo, que é duplicada, uma carreta tombou, fechando o tráfego. Se houver o asfaltamento do trecho de Taguaraçu a Santa Luzia, teremos um acesso alternativo.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Deputado, serão apenas 30 segundos para não comprometer seu pronunciamento. Infelizmente também me deparei com aquela retenção e com o acidente. Por também conhecer o trecho, passei por Taquaraçu. Quero reiterar a importância dessa obra de Nova União a Taquaraçu e de Taquaraçu a Santa Luzia. Parei em Taquaraçu, Toca do Galo. Assisti ao jogo de Atlético e Cruzeiro lá e comi uma linguiçinha com mandioca. Depois peguei o terrão vermelho para chegar a Belo Horizonte à noite.

Quero parabenizá-lo, tanto na questão da ferrovia quanto nas ações de duplicação da BR-381 e desses trechos, que, se asfaltados, podem potencializar o turismo em Minas Gerais. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Carlin Moura\* - Perfeitamente, Deputado André Quintão. Basta conhecer o Estado e dar prioridade ao nosso interior. É disso que Minas precisa.

Nesse recesso, tive a oportunidade de fazer uma belíssima viagem com o nosso Senador Hélio Costa e o caríssimo e ilustríssimo ex-Ministro Patrus Ananias a Governador Valadares - o Deputado Carlos Gomes também compareceu. Lá tivemos a oportunidade de mostrar a importância de um projeto regional de desenvolvimento para o Vale do Rio Doce, tendo como centro Governador Valadares, a Capital de todo o nosso Vale. Ela está muito esquecida pelo governo do Estado, Deputado André Quintão. Para ter uma ideia, o gasoduto não chegou a Governador Valadares. Quando se fala em duplicação, não ouvimos a voz forte do governo mineiro. Minas tem de ter voz forte para defender que a duplicação chegue a Governador Valadares. Precisamos de um Governador líder, que se preocupe também com o interior do Estado.

Portanto a visita do Senador Hélio Costa e do ex-Ministro Patrus deu-nos a oportunidade de ouvir a sociedade civil, o setor empresarial de Governador Valadares e a nossa Prefeita Elisa Costa. Trata-se de uma região que precisa ser tratada com mais carinho. Essa atitude passa pela rodovia, que é a ligação de Minas com o Nordeste brasileiro, pelo gasoduto e pela potencialização da ferrovia.

Deputado André Quintão, o interessante é que participamos de um jantar com o setor empresarial de Governador Valadares. Eles citaram exemplos importantes, como o de Mato Grosso. Lá houve a instalação, em uma parceria do Presidente Lula com o governo do Estado, do chamado porto-seco. Por meio do porto-seco, criou-se um grande polo de exportação e importação de mercadorias. Em Governador Valadares, há uma rodovia que vai direto ao Espírito Santo, ao mar. Se criarmos lá um porto-seco, ele poderá transformar-se em um polo importantíssimo de desenvolvimento. Será um local de atração de empreendimento, tendo em vista que Governador Valadares está estrategicamente bem localizada.

Esses são exemplos que nos mostram que Minas precisa de um melhor planejamento, de sintonia. Houve época neste país em que os governantes governavam-no de costas e de frente para a Europa e os Estados Unidos. Minas vive uma situação parecida. Chega desses governantes que governam Minas de costas, apenas olhando para o Rio de Janeiro e São Paulo. Precisamos cuidar melhor do interior do Estado, do desenvolvimento regional e ouvir melhor a nossa população.

Quero felicitar a todos que nos recebem com muito carinho pelo interior do Estado, agradecendo-lhes. Podem ter certeza de que estou apoiando a luta do Ministério Público Federal pela utilização da ferrovia que fica à margem da BR-381. Aprovarei também um requerimento em que solicito ao DER a pavimentação da rodovia de Taquaraçu até a MG-20 em Santa Luzia, a fim de amenizarmos o sofrimento do povo mineiro, principalmente em períodos de feriado e de retorno do recesso.

Bom trabalho a todos. Esperamos que este semestre seja de grandes realizações nesta Assembleia, em especial para o povo da nossa querida Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, serei breve, pois restam-me apenas 5 minutos antes da próxima fase da reunião. Não poderia deixar de vir hoje ao Plenário e à tribuna desta Casa para abordar dois assuntos de suma importância primeiro para os mineiros e segundo para os belo-horizontinos.**

**Nesse sábado, como já é do conhecimento de todos, ocorreu mais um acidente na rodovia da morte, na BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. Já estamos roucos de tanto cobrar do governo federal a duplicação dessa rodovia. Ao longo dos últimos oito anos, inúmeros foram os pronunciamentos deste e de outros parlamentares, que transitam pela rodovia, e que defendem os interesses do povo de Minas, cobrando investimentos por parte do governo federal na duplicação da BR-381. Nada foi feito até hoje e, no último sábado, tivemos mais um péssimo exemplo de como está sendo tratado o Estado de Minas Gerais por parte do governo federal, do governo Lula. A rodovia ficou interditada no final da tarde de sábado, em razão de um acidente ocorrido com uma carreta, e liberaram apenas uma pista, na segunda-feira, pela manhã. Imaginem os senhores, uma das maiores e mais movimentadas rodovias federais, que corta o Estado de Minas Gerais, ficou com trânsito interrompido nas duas vias, de sábado, aproximadamente das 4 horas da tarde, véspera do final das férias escolares, até segunda-feira pela manhã. Imaginem, senhoras e senhores, o caos em que se transformou a rodovia ao longo dos últimos três, quatro dias. Esse é o retrato e o tratamento que o governo Lula e o governo federal têm dispensado aos mineiros e a Minas. É preciso darmos um basta, é preciso que nós, mineiros, tenhamos a consciência de que eles tiveram oito anos para fazer a duplicação da rodovia e nada fizeram.**

**O segundo assunto refere-se a uma reportagem do jornal "Estado de Minas" de hoje. A primeira página anuncia, e o caderno "Gerais" traz a matéria completa: "Fim de férias reforça confusão no trânsito de BH, que ultrapassou a marca de um veículo para cada dois habitantes". Belo Horizonte só perde em número de veículos para as cidades de Curitiba e São Paulo. É preciso que o governo federal tome vergonha e leve a principal reivindicação do povo belo-horizontino a sério. É preciso investir no metrô de Belo Horizonte, sob o risco de haver, em dois, três, quatro, cinco anos, no máximo, uma cidade completamente paralisada, não só nos horários de pico, mas também durante todo o dia, prejudicando, sobremaneira, a economia da nossa Capital, o bem-estar de quem reside em Belo Horizonte e - por que não? - de todo o trânsito do Estado, que passa pela Capital durante a semana e nos finais de semana. Mais uma vez, repito: é o retrato do tratamento dispensado pelo governo federal aos mineiros e a Minas, em especial a Belo Horizonte. Precisamos de investimentos no metrô da nossa Capital, precisamos trazer a Belo Horizonte transporte coletivo eficiente, rápido, barato, seguro e pontual, para tirarmos veículos das ruas.**

O jornal "Estado de Minas" de hoje, numa matéria muito benfeita pelo jornalista Pedro Rocha Franco, procurou um Diretor da BHTRANS que disse que a empresa está investindo em ciclovias. Abordei essa questão há dois anos. Não vai resolver o problema, mas ameniza, cria mais uma alternativa para pequenos deslocamentos. A Prefeitura de Belo Horizonte está criando estacionamento subterrâneo e precisa, em parceria com a iniciativa privada, tirar das pistas de rolamento os carros estacionados nos cantos das vias. É preciso colocar esses carros em estacionamentos subterrâneos e deixar as Avenidas Raja Gabaglia, Prudente de Moraes, Getúlio Vargas, Cristóvão Colombo, do Contorno sem carros estacionados ao lado das vias, para que possamos ter um espaço maior de pista de rolamento e, conseqüentemente, um trânsito melhor para o belo-horizontino.

Eram dois os recados que me trouxeram a esta tribuna. Esse é o retrato do tratamento do governo federal, do governo Lula para com Minas e Belo Horizonte. Em oito anos de governo não houve nenhum centavo investido na duplicação da BR-381 e na expansão do metrô de Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/7/10, a servidora Ângela Maria do Valle Castro Ribeiro, CPF nº 456.460.156-34, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

#### Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Projesom Projetos e Instalações de Som Ltda. Objeto: fornecimento, com instalação e treinamento, de sistemas de áudio e vídeo. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Processo Licitatório nº 24/2010-Pregão Eletrônico nº 24/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90 -10.1.

## ERRATAS

### LEI Nº 19.096, DE 3 DE AGOSTO DE 2010\*

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/8/2010, na pág. 37, col. 2, onde se lê:

"Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.", leia-se:

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

\* - Fica sem efeito a errata relativa a este documento publicada na edição de 6/8/2010, na pág. 54, col. 4.

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 6/8/2010, pág. 54, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Arlen Santiago", onde se lê:

"Aldemaria Matos Dutra", leia-se:

"Adelmaria Matos Dutra".